



Espaço empreendedor e empreendedores da cultura

*notas sobre a transformação urbana
da Zona Portuária do Rio de Janeiro*

João Domingues¹

Mariana Albinati²

-
- 1 Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto II do curso de Graduação em Produção Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (UFF), e líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Território. E-mail: joaolpdomingues@gmail.com.
 - 2 Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista do Setor de Estudos em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MinC). E-mail: marianalbinati@yahoo.com.br.

RESUMO

O artigo reflete sobre a relação entre empreendedorismo e cultura, tendo a cidade como lócus de discussão. O objetivo geral é perceber correlações entre a forma contemporânea de gestão urbana e as transformações do mundo do trabalho, onde a noção de empreendedorismo se mostra um valor central. O artigo procura analisar como o novo modelo de administração da cidade estimula valores empreendedores como essenciais à vida individual, encontrando no campo cultural ampla difusão na noção de “economia criativa” e “cidade criativa”. Deste patamar, acredita-se que a cidade do Rio de Janeiro, em especial sua Zona Portuária, seja um caso por excelência de como a reorganização capitalista do espaço promove uma série de políticas com imbricações entre o campo cultural e os valores empreendedores.

Palavras-chave: *Economia criativa. Empreendedorismo. Empreendedorismo urbano. Trabalho.*

ABSTRACT

The article reflects on the relationship between entrepreneurship and culture, thinking the city as it place's discussion. The overall goal is to understand correlations between contemporary forms of urban management and the changing on labour's morphology, where the notion of entrepreneurship shown a central value. What the article seeks to interpellate is how the new model of cities management encourages entrepreneurial values as essential to individual's lifes, finding in the broad cultural field diffusion by the notion of “creative economy” and “creative city”. This level, it is believed that the city of Rio de Janeiro, especially its Portuary Area, is a case par excellence of how the capitalist space's reorganization promotes a number of policies with overlapping between the cultural field and the entrepreneurial values.

Keywords: *Creative economy. Entrepreneurship. Urban entrepreneurship. Labour.*

INTRODUÇÃO

É razoável dizer que as relações entre economia e cultura vêm sendo renovadas em diferentes análises críticas ao regime flexível de acumulação capitalista, reivindicando que as formas produtivas do campo cultural sejam hoje requisitadas como algum gênero muito especial de mercadoria (AMORIM, 2009; LAZZARATO; NEGRI, 2011).

Às tensões sobre os valores de uso e valores de troca, às hierarquias que materializam as esferas produtivas nas trocas culturais na escala local e mundial, somam-se hoje também preocupações com a ampliação de ocupações empregatícias ligadas diretamente às linguagens artísticas e culturais. Em larga medida pudemos assistir no último decênio, vários informes nativos e não nativos que privilegiavam os dados de contas satélites das “cadeias produtivas”, as previsões elásticas de seu crescimento e o impacto da produção da cultura em países desenvolvidos ou em desenvolvimento (MINC, 2009; UNCTAD, 2008). Estas publicações mostram certo tom de convivência harmoniosa e potencial entrelaçamento entre formas culturais e estrutura econômica, realçando o caráter estratégico da cultura para uma determinada noção de desenvolvimento.

É curioso notar a existência de uma similitude de papéis entre estas preocupações com as formas produtivas da cultura e o modelo contemporâneo de gestão das cidades. É razoavelmente consensual na literatura aplicada ao campo do urbanismo que as mudanças estruturais da fase flexível do capital influenciaram diretamente um novo padrão de governança das cidades, estabelecendo não apenas mudanças na perspectiva de um planejamento do espaço vivido, mas na necessidade de uma “postura” mais ativa das municipalidades na promoção do desenvolvimento econômico e na ampliação de postos de trabalho. Inclui, portanto, à noção de desenvolvimento econômico uma certa espacialização específica.

Se as crises cíclicas do capitalismo mostram repercussão na base da produtividade geral – seja ela compreendida na relação valor/trabalho como a composição de excedente à produção de mercadorias ou como as perspectivas racionalistas de acumulação e investimento – as formas de integração dos sujeitos sociais ao mundo do trabalho cultural e o modelo de administração das cidades tenderam a incorporar ou serem objetos de interpelação de um conjunto similar de gramáticas que sintetizavam situações concretas muito semelhantes à renovação dos padrões de acumulação.

Portanto, é perceptível que alguns investimentos retóricos vêm sendo construídos para configurar sentido às relações cultura/espaço/capitalismo flexível, sendo a noção de empreendedorismo um de seus principais recursos de tecnologia social. Estes investimentos são conduzidos por atores institucionais ou escolas de pensamento diversas, a partir de diferentes razões avaliativas, por vezes antitéticas.

O que pretendemos explorar neste artigo são as conexões entre disposições empreendedoras do urbanismo e da morfologia do trabalho no pós-fordismo, e em como estas podem criar eixos de interlocução com o campo cultural. De maneira objetiva, pretendemos descrever a experiência recente da intervenção urbana na Zona Portuária do Rio de Janeiro, em que estes dois universais se mostram amplamente conectados.

VALORES EMPREENDEDORES: *SELF MANAGEMENT* E EMPREENDEDORISMO URBANO, TRABALHO E CIDADE CRIATIVA

A saga da categoria empreendedorismo sugere certa colagem à reestruturação do capitalismo pós-crise do *Welfare*, quando se mostram em decomposição as “representações associadas ao compromisso socioeconômico” do Estado keynesiano e se institui uma nova morfologia do mundo do trabalho (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Ao longo dos anos 1960 e 1970, o paradigma tecnológico do fordismo se tornou rotineiro e amplamente difundido, com uma massa de capital gigantesca que não conseguia se reproduzir com lucratividade crescente, sem maiores horizontes de investimento e avanço na inflação. A noção do equilíbrio geral do sistema econômico considera a crise como parte da própria dinâmica do sistema. Estando esgotados os paradigmas tecnológicos que prendem a economia em uma rotina de estagnação, as inovações tecnológicas sobrevêm, provocando a ruptura da letargia econômica e promovendo um crescimento desta vez mais elevado e com patamar superior dos níveis de produção em relação ao período progressivo (POSSAS, 1998).

Nesta leitura, o lugar do empreendedor mostra-se adequadamente central, porém se deslocando consideravelmente a partir da reestruturação do capitalismo. Na qualidade da reestruturação produtiva pós-fordista, com acento na redução de custos aos capitalistas, o padrão de reprodução da sociedade salarial – visto como umas das rotinas de estagnação – foi substituída por crescentes processos de subcontratação e terceirizações de atividades, desconfigurando redes e sistemas de proteção social e estabilidades de status identitários individuais e coletivos (CASTEL, 1997; SILVER, 2005).

Pode-se afirmar que as relações de trabalho num capitalismo menos regulado são apropriadas de forma vantajosa apenas por alguns setores da população, quanto que para outros a possibilidade de inserção num mercado de trabalho muito mais dinâmico é bloqueada por uma série de barreiras (SUBIRATS, 2004).

Mas este estado de flexibilização é de tal forma retoricamente poderoso que a ideia-força do empreendedorismo deslocou-se de certa exclusividade reservada aos setores capitalistas dominantes e hoje encontra ampla difusão na composição morfológica de dialetização capital-trabalho.

Este espraiamento é resultado de um trabalho articulado entre setores acadêmicos e organizações multilaterais (em especial as instituições financeiras dedicadas ao desenvolvimento econômico capitalista), que apontando para o fracasso dos projetos de retomada do crescimento industrial, positivam retoricamente e financeiramente a ampliação de experiências empreendedoras como fontes geradoras de empregos, interferindo fortemente na agenda das políticas públicas.

No vácuo do fim da segurança de *status* empregatício da sociedade salarial, o empreendedorismo tornou-se um valor moral funcionalista, requerendo o exercício de um modo geral de comportamento planejador, como um *self management* que habilita disposições de boa-aventurança no mundo do trabalho flexível (EHRENBERG, 2010). De onde o termo *empregabilidade* emerge como uma característica do trabalhador que almeja um posto no competitivo mercado de trabalho flexível, autofinanciando sua formação ampla e conectada à dinâmica do mercado. Desta forma, O significado do empreendedorismo vem deslizando dos “compromissos” com a inovação e passando a consolidar um novo tipo de crença ou qualidade moral, uma postura “necessária” ou uma solução a quem deseja se incorporar a um mercado de trabalho instável.

No caso específico do trabalho cultural, no Brasil esta “colagem” se dá de forma muito especial. Sendo incipientes os debates acerca dos direitos trabalhistas no campo, podemos reparar a ampliação radical de cursos de formação com base em formas gerenciais de racionalização dos processos de trabalho cultural no Brasil, em especial após a década de 1990. Se de alguma forma experimentou-se algum grau de conexão entre direitos trabalhistas e emprego formal em

décadas anteriores, a flexibilidade parece ser condição *sinequa non* do acesso ao trabalho cultural nas últimas três décadas.

Certas interlocuções das políticas culturais brasileiras com a gramática empreendedora vêm sendo trabalhadas de forma taciturna na afirmação do modelo chamado *economia criativa*, ressaltando as qualidades novidadeiras das “atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual” (MIGUEZ, 2007, p. 97).

Uma breve leitura do Plano da Secretaria de Economia Criativa (MINC, 2011) demonstra que a intenção é não apenas a afirmação do fenômeno de companhias *one-person-only* como uma renovação da produtividade no campo cultural, mas também a costura entre políticas formativas e fomento às iniciativas de rompimento com a estagnação e a “dependência” dos fundos públicos, mostrando adequação ao panorama mundial da produção da cultura em sua conexão com a forma flexível de reprodução do capital.

A categoria economia criativa sintetiza a imbricação economia-cultura nas condições atuais do capitalismo e, ao se tornar hegemônica, coloca como critério de validação das diferentes formas de produção cultural seu potencial econômico, afirmando o empreendedorismo como valor intrínseco ou pelo menos desejável da produção cultural. Esta categoria é hoje formada por uma vasta rede de produtores, os “criativos”, que incorporam o ideário empreendedor em seu modo de vida, trabalhando em *co-working* ou *home-office*,³ formas que vem sendo enaltecidas por permitirem práticas que não são características do universo do trabalho formal, como o convívio com a família ao longo da jornada, a redução de custos de locação, o compartilhamento de redes de trabalho, etc.

-
- 3 A expressão *co-working* se refere aos escritórios onde empreendedores compartilham seu espaço de trabalho e infraestruturas como rede de internet, na maior parte das vezes compartilhando também suas redes de clientes e fornecedores. O termo *home-office*, literalmente traduzível como casa-escritório, caracteriza o trabalho daqueles empreendedores que dedicam parte do seu espaço residencial e, em geral, também do seu tempo pessoal, para exercerem sua atividade profissional.

A despeito do vasto investimento de posituação retórica, não se deve ignorar que essas novas formas de organização refletem pouco (ou quase nada) a respeito das formas de precarização do trabalho típicas do capitalismo flexível, em especial quando silenciam sobre as garantias sociais que configuraram a noção tradicional de cidadania.

Do ponto de vista de escolas da análise crítica espacial, a noção de empreendedorismo ganhará outro sentido, indicando que os modelos de gestão municipal foram radicalmente convertidos a partir dos processos de desindustrialização pós-fordista (BRENNER et al., 2011; COMPANS, 2004; HARVEY, 1996; SMITH, 2006; VAINER, 2000). Após a década de 1970, o padrão regulatório clássico que instruía o planejamento e gestão das cidades foi substituído por técnicas de gestão concebidas em função dos cálculos racionais empresariais, de maneira a romper com o ciclo de estagnação da espacialização do capital.

Esta operação, nomeada de empreendedorismo urbano (HARVEY, 2006), se fez sob um processo de adequação à produtividade geral da vida, procurando transformar as cidades em modelos de minimização de riscos de pauperização a partir da criação de condições de promoção do desenvolvimento capitalista. A generalização das ações atrativas aos setores capitalistas que comandam atividades financeiras é comumente expressa pela flexibilização da legislação e normas urbanas, pela liberação do controle do uso do solo e de padrões de construção, pelos subsídios ao investimento privado, etc. Desta forma, os governos locais acabam por converter as cidades em formas agenciais em negociação direta com o capital, competidoras em estado de permanente disputa global pelas fontes de capital com outras cidades igualmente transformadas em ambientes corporativos.

Os efeitos deste novo padrão de administração solapam o projeto modernista de contenção das desigualdades na sociedade capitalista, movendo a questão urbana das melhorias das condições de vida para

a competitividade, e dos princípios constitutivos da *pólis* e do fenômeno urbano – entre eles, a diversidade cultural – para a eficácia de investimentos e a mimetização dos casos de sucesso de cidades globais, inclusive com a renovação do espaço urbano através da atração de megaeventos ou grandes projetos urbanísticos. Com operações imagéticas e discursivas, “a cidade”, personificada, acomoda valores e signos orientados diretamente aos agentes econômicos privados ou a segmentos sociais de classes médias ou médias-altas (SÁNCHEZ, 2010).

Como o empreendedorismo urbano se trata de modelo de gestão que tem por orientação “animar” a concepção mercantil de cidade, uma das características necessárias à competição global urbana é apontar para uma renovação de formas mais “modernas” de aberturas de postos de trabalho. A cultura entra em cena neste processo de forma bastante radical, revelando certa conexão entre a positividade de sistemas produtivos específicos, sua espacialização, e o modelo empreendedor de gerenciamento urbano.

E neste modelo, certos investimentos em locais selecionados da cidade – forma típica de indução de rentabilidade ao capital flexível – dialogam com o campo cultural de maneira muito especial, investindo na correlação entre a intervenção espacial e a relação entre trabalho cultural e formas típicas de trabalho de tipo empreendedor/criativo. Esta operação é organizada na coalizão urbana entre instituições públicas de cultura e outras instituições dedicadas à rotinização do empreendedorismo, com o objetivo de introduzir uma adequação entre a presença de produtores de cultura e a geração imaterial de valor ao espaço.

Neste sentido, a concepção de “cidade criativa” responde ao desafio de encaixe sistemático do padrão de reprodução de uma força de trabalho específica na produção urbana no período flexível do capital. Tendo como premissa, o estímulo ao posicionamento de agentes em novos postos de trabalho, a administração empreendedora opera uma série de intervenções na organização espacial,

de maneira a propiciar o agrupamento territorial de pequenas e médias empresas relacionadas à prestação de serviços culturais. Fruto do processo de culturalização do planejamento urbano, o termo “cidade criativa” marca o *status* das cidades onde a economia criativa desempenha um papel relevante no desenvolvimento econômico, colaborando na reestruturação produtiva do espaço urbano diante do quadro de desindustrialização da economia.

A ideia de “cidade criativa” é concebida a partir de uma visão utilitária da cultura, priorizando o seu papel enquanto recurso para a produção econômica. Desta forma, a diversidade social e cultural estaria a serviço da economia, na medida em que sua presença é considerada fundamental para a atração da mão de obra envolvida na produção criativa – os vários profissionais ligados ao ramo do conhecimento (artes, ciências, gerenciamento, comunicação, tecnologia, etc.), que apreciam um modo de vida cosmopolita e “alternativo”.

Como vimos, o projeto de disseminação do ideário empreendedorista busca dar resposta à tendência de queda da taxa de lucro, nesta etapa pós-fordista da produção econômica, mas é importante perceber que o foco desse projeto se desloca da empresa para outros âmbitos, como a cidade e até mesmo o indivíduo, seja através do empreendedorismo urbano das cidades que buscam tornar-se *business friendly* ou dos indivíduos empreendedores. Em ambos os planos, o individual e o urbano, a cultura é tomada como recurso privilegiado para a assunção dessa postura “requerida” pelo mercado, assumindo um lugar central tanto nos grandes projetos de renovação urbana como na reestruturação do universo do trabalho. Neste sentido, procuramos entender como estas formas contemporâneas, o empreendedorismo urbano e o trabalho cultural empreendedor, se organizam quando reunidas numa espacialidade específica. De forma vertical, entendemos que a cidade do Rio de Janeiro representa um caso exemplar de adoção do empreendedorismo urbano, tendo a agenda olímpica como principal argumento retórico de sua organização.

EMPREENDEDORISMO URBANO-CULTURAL: O PORTO MARAVILHA NO RIO DE JANEIRO

Como já citado, o padrão de reprodução flexível afetarà com alguma radicalidade a morfologia e forma de ocupação do solo urbano. Certos zoneamentos que expunham funções “originais” de atividades que remontam ao período fordista estão sendo “convidados” a uma renovação de seu repertório (DOMINGUES, 2015).

O caso da cidade do Rio de Janeiro e de sua zona portuária é exemplar para expor esta nova tipificação de ocupação espacial requisitada. Normalmente associada a uma imagem de decadência e degradação, afetada pelo processo de desindustrialização e com grande parte de sua atividade portuária deslocada para o Porto de Itaguaí na década de 1980, a zona portuária carioca foi alvo de inúmeros projetos de renovação espacial pela gestão pública, em especial a partir dos anos 2000 (MOREIRA, 2004).

Aproveitando-se de uma construção retórica mimética de *cases* de sucesso de outras regiões portuárias, a coalizão urbana que organiza o modelo de gestão da cidade aproveitou-se da agenda de eventos esportivos internacionais – em especial, a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas – para dar vazão aos planos estratégicos que apostavam na centralidade da zona portuária na produção de novos negócios urbanos. Neste cenário constitui-se o projeto urbano Porto Maravilha, cuja área de 5 milhões de m² é administrada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano Regional do Porto do Rio (CDURP), sociedade de economia mista com controle do poder municipal. Entre os objetivos do projeto estão o adensamento demográfico, a tentativa de transformação da região em centro financeiro, a atração de novos negócios e a consolidação de parcerias para animação das empresas locais a adequarem-se à nova economia local.

A cultura tem sido tratada como um dos focos centrais das ações da CDURP, o que fica patente nos discursos que procuram legitimar o projeto remetendo insistentemente ao valor histórico-cultural da

região portuária. Nesse sentido, foi criado inclusive um dispositivo na Lei que institui a Operação Urbana Consorciada da região, destinando 3% dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) à valorização da paisagem urbana e do patrimônio cultural material e imaterial (RIO DE JANEIRO, 2009).

Reproduzindo cenários de renovação urbana, novos equipamentos culturais são construídos como edifícios-âncora da nova ocupação, através de parcerias entre a Prefeitura e entes privados. Ao mesmo passo, a produção cultural dos agentes que guardam a “legitimidade local” é fomentada seletivamente, sendo a todo momento instada a incorporar a gramática empreendedora para permanecer sob os auspícios do financiamento público e privado. Vê-se que nas estratégias de operação espacial, o campo cultural é enquadrado em um tom de amenização de possíveis contradições no diálogo entre a “cultura histórica” da região e o que “chega de novo”, movendo ideias “inovadoras” que mantêm “respeito à tradição”, expressões correntes no discurso oficial.

É nesta conexão que as relações entre o empreendedorismo e a economia criativa se dão de forma explícita. Apostando na atração de empreendimentos criativos, são vários os benefícios concedidos pela Prefeitura: diminuição de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), fundos para restauração do patrimônio cultural imóvel, cabeamento de internet de alta velocidade (DOMINGUES, 2015). Especialmente entre os trabalhadores criativos mais jovens, os custos de locação imobiliária, ainda baixos em comparação com os locais mais valorizados da cidade, “permitem” um ambiente mais adequado à consolidação de *co-workings*.

Conjugando interesses institucionais e de iniciativas da sociedade civil que incorporam a temática da criatividade como um dos polos de sua significação territorial, são várias ações recentes que procuram estimular os vínculos entre a região, seus moradores, novos ocupantes e um novo “modelo” de gestão de negócios.

Na análise das políticas culturais do Porto Maravilha, estamos considerando que essas políticas são produzidas em diferentes

instâncias públicas e privadas, de forma coordenada ou não. O que pretendemos destacar aqui, no entanto, é a centralidade do caráter empreendedorista como nexos entre políticas de cultura estabelecidas a partir de diferentes órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro, além de instituições privadas com finalidade pública, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e grupos empresariais privados.

A CDURP é a instituição que coordena o desenvolvimento da nova economia urbana na região portuária, procurando incentivar/subsidiar os grandes investimentos na área e também os pequenos negócios do setor criativo, além de cuidar da incorporação da gramática empreendedora pelos antigos negócios locais, produtores culturais e moradores em geral. A Companhia mantém os programas: Porto Maravilha Cidadão, que “prepara pessoas para as novas oportunidades, fruto das transformações em curso”⁴; e Porto Maravilha Cultural, que, salvo a publicação do Prêmio Porto Maravilha Cultural em 2012, vem reproduzindo a chamada política cultural de balcão, atendo as solicitações de apoio e patrocínio dos grupos que “guardam a legitimidade local”.

Enquanto acena com pequenos apoios para os agentes que se aproximam dos valores da memória e da herança africana, de que o Porto Maravilha se apropria em seus discursos, a CDURP se aproxima também do setor da economia criativa, especialmente através de coletivos como o Distrito Criativo do Porto e a Fábrica da Bhering. Em entrevistas realizadas com agentes da Companhia, fica claro o caráter transitório do apoio aos grupos locais e a intenção de que estes se insiram na onda empreendedora de que já participam os agentes mais experimentados e profissionalizados da economia criativa. Conforme, Daniel Vam Lima, então gerente de desenvolvimento econômico e social da CDURP:

.....
4 Conferir *site* disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/porto_cidadao>. Acesso em: 21 ago. 2016.

A gente [sic] tinha uma cultura natural daqui pela própria história da região. [...] Todos esses ícones estavam muito claros aqui. Você tinha o samba, você tinha capoeira, você tinha esse tipo de atividade cultural, que existia, claro, e a gente foi trabalhando isso ao longo do tempo. Num dado momento, houve um primeiro contato nosso com o pessoal da economia criativa aqui da região, com o Coletivo do Porto, grupo que reunia 6 ou 7 empresas, que se instalaram aqui durante as obras, se não me engano em 2010 ou 2009, já acreditando na revitalização da área portuária. Nem internet eles tinham direito, nada disso, mas eles já acreditavam que aqui seria um lugar pra se estar no futuro.⁵

A partir do diálogo com esses “pioneiros urbanos” (SMITH, 2007) que vieram se instalar na região insistentemente declarada como vazia e abandonada, foi lançado em 2015, o Distrito Criativo do Porto, que envolvia 250 profissionais e cerca de 50 empresas do ramo instaladas na região portuária. A fala de Daniel Kraichete, um dos principais idealizadores do Distrito, demonstra o tipo de relação que esses agentes vinham estabelecendo com a região,

Eu diria que nossa pretensão é ser o *software* que vai rodar neste *hardware*, que já conta com muitos investimentos de infraestrutura, como a fibra ótica em 100% da região e o projeto de Wi-fi gratuito e de qualidade em todas as ruas [...] Essa região vai receber os filhos da Zona Sul, que não vão conseguir se manter por lá. Essa geração já nasce com mentalidade de negócios totalmente diferenciada. É uma geração mais empreendedora que a anterior (KRAICHETE apud PETRIK, 2015).

Diante desses novos agentes culturais e da própria operação urbana, aqueles produtores de cultura que já atuavam nos bairros portuários nos tempos de menor visibilidade procuram, na maior parte

.....
5 Daniel Van Lima em entrevista concedida à Mariana Albinati em julho de 2015.

das vezes, adotar a gramática empreendedora e, de alguma forma, participar do afluxo de recursos para a região. Porém, apropriar-se desta gramática requer um nível de organização e formalização a que esses agentes, em grande parte, não estavam habituados. Segundo o ator e diretor teatral Thiago Vianna:

Com esse projeto de revitalização, a palavra do Alberto [Silva, presidente da CDURP] é que eles querem que os moradores se preservem, que os moradores não vão embora, mas isso é difícil! Por exemplo, a gente tem que se empreender, tem que agora ir no Sebrae, fazer (Microempreendedor Individual) MEI... Todo mundo tem que fazer MEI, ser empreendedor individual, se organizar, tirar CNPJ ver os documentos... E você tem que acompanhar esse processo. Tem que aproveitar que a rua tá emburacada, porque depois que isso aqui parar as obras, se você não foi não vai mais. Então tem gente que não consegue acompanhar esse processo, né?⁶

O Sebrae mantém desde 2012 um contrato com a CDURP referente ao projeto para atuar na Zona Portuária “[...] fornecendo orientações para que os empresários possam olhar estrategicamente para esse cenário e, a partir dele, adequar e desenvolver seus negócios” (O QUE..., 2015).⁷ A estratégia é voltada especialmente para os negócios locais que não se adaptaram “naturalmente” aos ares empreendedores que o Porto Maravilha lança sobre a região e para novos negócios que possam contribuir consolidar o ambiente de serviços que configura uma cidade criativa. Segundo reportagem de uma revista do ramo imobiliário,

De acordo com Flávia [Guerra Barbieri, da coordenação do Sebrae no Porto], os pequenos empresários atendidos

.....
6 Daniel Van Lima em entrevista concedida à Mariana Albinati em julho de 2015.

7 Para mais informações, conferir *site* disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/sebrae-no-porto,8e6b376d61af5410VgnVCM-1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

mostraram deficiências em controles financeiros, baixos investimentos em divulgação e *marketing*, *layout* degradado, falta de informação e alinhamento do modelo de negócio com a transformação urbana, foco em público de baixo padrão e ausência de inovação. (PROJETO..., 2016)⁸

Em quatro anos de atuação, o Sebrae realizou mais de 23 mil atendimentos (consultorias individuais e orientações técnicas), quatro rodadas de negócios para aproximar empresas de grande porte da região, três eventos Semana Porto Empreendedor, voltadas para pequenos empreendimentos, desenvolvimento de roteiros de turismo, atendimento a empreendedores populares e a artesãos. (PROJETO..., 2015)

A esta massa de pequenos empreendimentos que tendem a desaparecer diante da gentrificação do espaço, o Sebrae oferece orientação técnica para sua inserção em uma nova economia urbana. E a alguns empreendimentos antigos cuidadosamente pinçados, aqueles que emprestam ao ambiente um “quê” de diversidade que caracteriza as “cidades criativas” são oferecidos auxílios específicos para a sua permanência através do projeto Negócios de Valor, realizado em parceria com o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), autarquia da Prefeitura para o patrimônio. O projeto contempla empreendimentos de pequeno porte como confeitarias, bares, restaurantes e gráficas, que funcionem em imóveis tombados ou preservados e ofereçam produtos e serviços “à moda antiga”. O IRPH é o agente público à frente do modelo de preservação em voga, que considera “o potencial do patrimônio cultural, da arquitetura, da paisagem cultural urbana e do *design* como vetores de desenvolvimento da economia criativa na Cidade do Rio de Janeiro” (RIO DE JANEIRO, 2012). Além do Projeto Negócios de Valor, o Instituto vem realizando uma série de iniciativas para atração de

.....
8 Para mais informações, conferir *site* disponível em: <<http://panorama.jll.com.br/projeto-sebrae-no-porto-ajuda-na-profissionalizacao-das-micro-e-pequenas-empresas/>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

negócios da economia criativa para os imóveis da região portuária e do Centro, como a chamada pública para “Ocupação Criativa” de imóveis da Prefeitura – concessão gratuita por até 20 anos, exigindo reforma dos imóveis como contrapartida – e um edital de patrocínio para a reforma de imóveis em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs), que contemplou seis projetos de reformas para empreendimentos criativos, em um total de oito contemplados. Além dessas iniciativas voltadas para empreendedores mais capitalizados, através do IRPH e outros órgãos a Prefeitura se relaciona também com agentes que se situam na ponta mais precária do empreendedorismo, como os comerciantes ambulantes e artistas de rua cuja atividade foi reconhecida como Patrimônio Cultural Carioca, a exemplo dos vendedores de mate, limonada e biscoito de polvilho nas praias; de algumas feiras de artesanato; das rodas de samba e rodas de rimas do movimento *hip hop*. A proteção legal a essas atividades populares corrobora a construção do imaginário sobre a cidade e a afirmação de um diferencial, no sentido mercadológico, com que este espaço se insere na competição global. Em diálogo com as políticas governamentais, alguns agentes da sociedade civil vêm procurando se inserir no movimento em prol da dinamização econômica-cultural da região portuária, incorporando o ideário empreendedor e criativo em diferentes níveis, ora demonstrando total adesão ao Porto Maravilha e sua política urbano-cultural, ora afirmando condições particulares para o avanço da fronteira empreendedora naquele território. A Casa Porto é um espaço cultural privado, que conta desde sua inauguração, em 2015, com apoio do Porto Maravilha Cultural (ação da CDURP) e da Concessionária Porto Novo, que executa as obras na região. A Casa Porto figura como espaço de referência para o encontro entre os moradores dos bairros portuários e o ideário empreendedor/criativo, oferecendo cursos de produção cultural e organização de eventos, além de ações como a incubadora de novos

negócios Porto Criativo,⁹ em que se prioriza a participação de moradores, conforme a orientação assumida pela CDURP em seu programa cultural e social.

O Coletivo Quilombola Abdias Nascimento, formado por produtores, artistas e técnicos negros no ano de 2015, tem como missão “o empoderamento de artistas e produtores negros com objetivo de incluí-los nos mecanismos de fomentos públicos e privados” (I PRIMEIRO..., 2015).¹⁰ Os objetivos do coletivo contemplam ações de inserção no mercado como “auxiliar os afro empreendedores na criação, produção e execução de seus projetos” e “instrumentalizar artistas, produtores e técnicos negros para que possam escrever e concorrer aos editais existentes”, porém atentam também para a necessidade de reformular esse mercado, propondo ações que constroem sua normalidade, como “desenvolver e propor novos mecanismos de fomento a cultura negra” e “buscar parcerias com grandes empresas para o desenvolvimento do cenário cultural afro brasileiro”. Em que pese a adesão ao ideário empreendedor, observa-se também no discurso do Coletivo, a elaboração de objetivos não subordinados à lógica econômica, mas sim à do reconhecimento, como o aumento da participação de agentes negros no campo tradicional da cultura e no mercado cultural.

CONCLUSÕES

A transformação na região portuária carioca é um bom exemplo de como a atividade dos empreendedores individuais é capturada por estratégias globais de apropriação de mais-valia urbana dentro das quais, como vimos, circunscrições espaciais são reorientadas em seu modelo de funcionalidade, de maneira a renovar padrões de acumulação.

.....
9 Para mais informações conferir *site* disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/3677>>. Acesso em: 2 ago. 2016

10 Para mais informações conferir *site* disponível em: <<http://produtoresartistasnegros.com/index.php/features>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

Nas estratégias urbano-culturais, a noção de empreendedorismo colabora na transformação espacial, numa generalização de um “urbanismo global” que vem se difundindo desde a década de 1990. Os pequenos negócios adaptados ao regime urbano mostram-se como a força de trabalho que transforma os espaços antes “degradados” em lugares dinâmicos e novidadeiros, adequados a um novo ciclo de valorização, ajudando a compor um cenário propício à extração de lucros de grandes capitalistas em operações de especulação imobiliária e/ou financeira.

O que se pode notar é que esta operação tende a contrair seletivamente certos vínculos socioculturais que remetem às temporalidades e instâncias simbólico-espaciais, impondo uma série de desafios aos sujeitos alocados territorialmente. Manter-se espacializado em territórios que sofrem dinâmicas de renovação urbana demandaria a construção de novas conexões com agentes e instituições que detêm posição privilegiada na operação territorial, sendo o trabalho cultural uma das suas principais oportunidades de integração.

Inseridos em uma gestão urbana empreendedora, os agentes que trabalham cotidianamente na implantação do Porto Maravilha não negam o fascínio que lhes causam as ações desenvolvidas pelos grupos ligados à economia criativa atuantes na Zona Portuária. A chave para o sucesso, nesse sentido, seria uma combinação da legitimidade local – que em alguma medida independe de vínculos territoriais anteriores, podendo ser elaborada a qualquer momento a partir da apropriação de representações da tradição local – com a expertise nos procedimentos do empreendedorismo cultural.

É possível afirmar coincidências retóricas entre a nova gestão urbana e a economia urbana criativa quando identificamos as características de espacialização de empreendimentos criativos em áreas vistas como essenciais à “máquina de crescimento urbano”. Quando estas interagem com lógicas de espacialização especulativa do capital podem servir como superposição ideológica ao processo urbano, contribuindo para consolidação de um conjunto estético

e um processo laboral determinado, como derivações da nova administração urbana.

Para tanto, a disseminação do empreendedorismo precisa ser interpelada quanto à sua capacidade real de oferecer aos indivíduos integração ao mundo do trabalho, podendo se tratar de mero rearranjo semântico a formas de subcontratação laboral. Como vimos, algumas iniciativas na Zona Portuária sinalizam para experiências de preparação de agentes territoriais a formas de planejamento da produção da cultura, sem preocupações explícitas com as garantias sociais do trabalho. Certos espaços “renovados” podem combinar alta produtividade e larga extração de renda a poucas classes, com bases de operação de coadjuvação em trabalho precário, informal ou subformal de larga massa de trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Henrique. *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit (Org.). *Cities for people, not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City*. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2011.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Luiz et al. (Org.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 1997.
- COMPANS, Rose. *Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: UNESP, 2004.
- DOMINGUES, João. O Porto Maravilha e a ênfase cultural dos novos projetos urbanos. In: CASTRO, FlaviaLages; TELLES, Mário Fagundes de Pragmácio. (Org.). *Dimensões Econômicas da Cultura: experiência no campo da Economia Criativa no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 59-92.
- EHRENBERG, Alain. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.

- HARVEY, David. *A produção capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- I PRIMEIRO Encontro de Cultura Negra EmpoderArt na Zona Portuária. *Agência de Notícias das Favelas*, 8 nov. 2015. Disponível em: disponível em: <<http://produtoresartistasnegros.com/index.php/features>>. Acesso em: 5 ago. 2016.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- MINC. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais 2009*. Brasília: Minc, 2009.
- MINC. *Plano da Secretaria de Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011-2014*. Brasília: Minc, 2011.
- MOREIRA, Clarissa Costa. *A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: UNESP, 2004.
- O QUE é o Projeto. SEBRAE, Rio de Janeiro, 7 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/sebrae-no-porto,8e6b376d61af5410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 3 ago. 2016.
- PETRIK, T. Muito prazer, Distrito Criativo do Porto. *Site Rioetc*, Rio de Janeiro, 7 ago. 2015. Disponível em <<http://www.rioetc.com.br/muito-prazer/muito-prazer-distrito-criativo-do-porto/>>. Acesso em: 9 ago. 2016.
- POSSAS, M. O projeto teórico da 'Escola da Regulação'. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 21, p. 195-212, 1998.
- PROJETO Sebrae no Porto ajuda na profissionalização das micro e pequenas empresas. *Panorama*, 15 jan. 2016. Disponível em: <<http://panorama.jll.com.br/projeto-sebrae-no-porto-ajuda-na-profissionalizacao-das-micro-e-pequenas-empresas/>>. Acesso em: 2 ago. 2016.
- RIO DE JANEIRO, *Lei complementar n° 101*, 23 nov. 2009. Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana

- Consoiciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2009.
- RIO DE JANEIRO. *Decreto n. 35.879*, 05 jul. 2012. Dispõe sobre o Rio como Patrimônio da Humanidade e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2012.
- SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2010.
- SILVER, Beverly. *Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: ZACHARIASEN, C. B. (Coord.). *De volta à cidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.
- SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007.
- SUBIRATS, Joan. La exclusión social: debates y concepto. In: SUBIRATS, Joan (Org.). *Pobreza y exclusión social: un análisis de la realidad española y europea*. Barcelona: Fundación “La Caixa”, 2004.
- UNCTAD. *Creative Economy Report 2008*. Genebra, 2008. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/ditc20082cer_en.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2015.
- VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 105-119.